

# Apresentação

O texto de Fernando Rossetto Gallego Campos abre a seção Artigos deste segundo número de 2020, analisando “os discursos *sobre* o espaço e os discursos *do* espaço de atores socioespaciais do (*Terceiro*) espaço do futebol do Amazonas”. Baseado nas proposições de Soja, Galego Campos vai discorrer sobre “um (*Terceiro*) espaço do futebol (diretamente ligado a espaço social em sentido *lato*), no qual as relações se dão de forma objetiva e material, mas também de forma subjetiva e simbólica”. Para o autor, são construídas multiterritorialidades a partir da apropriação deste universo simbólico, constatando-se, porém, que os discursos analisados “se inserem na dimensão dos espaços de representação e, apesar de impregnados de uma rica carga simbólica, acabam se manifestando como subterrâneos, pois buscam se opor a uma dada dominação das representações do espaço”. No segundo artigo da seção, Valderson Salomão da Silva vai analisar os discursos do planejamento tecnocrático, que “se colocam como neutros e comprometidos com o bem comum e, por isso, são usados para legitimar propostas de intervenção nas redes de transporte coletivo”. Partindo de um estudo de caso de um projeto de corredor metropolitano em Campinas-SP, Silva constatou que “os conflitos acerca das diretrizes de traçado e disposição dos equipamentos funcionais à circulação de ônibus se dão explicitamente entre o governo estadual e os governos municipais”, no entanto, “representam também os embates entre os blocos de poder que orbitam em torno de si”, os governos municipais servindo “como articuladores dos interesses dos promotores imobiliários locais, que metamorfizam o projeto em busca da apropriação privada da renda da terra gerada coletivamente”. O outro lado dos interesses da promoção imobiliária aparece na análise de Andreia Fernandes Muniz e Tyara Targa Quadra sobre o ônus excessivo com o pagamento de aluguel em Vitória-ES, um componente importante do déficit habitacional. No terceiro artigo da seção, as autoras constatarem que o mercado imobiliário de aluguéis nas áreas mais carentes “também tem

dificultado o acesso à moradia aos mais pobres, excluídos pelas condições de renda, pela especulação imobiliária do mercado formal, pelas linhas de financiamento bancário e pela política habitacional ineficiente”. No texto que se segue, os discursos e narrativas dos sujeitos conhecedores da história do cangaço dos Marcelinos na Chapada do Araripe, no estado do Ceará, são analisados por Ana Paula Rodrigues da Costa, que ressalta as narrativas desses sujeitos como representações da trajetória cangaceira, presente na memória dos mais velhos, “que caracterizam e marcam os lugares de atuação do bando através da paisagem e que assumem um caráter simbólico, constituindo formas de percepção do movimento, seja pela admiração ou pela aversão ao cangaço”. No artigo seguinte, uma análise sobre ilhas de calor em contexto urbano, o recorte empírico é ainda o semiárido nordestino: pautados nas concepções do Sistema Clima Urbano de Monteiro (1976), Juliana Maria Oliveira Silva, Marcelo de Oliveira Moura e Vinicius Ferreira Luna procuraram “identificar e mapear as ilhas de calor urbano na cidade do Crato-CE, em dois períodos sazonais do ano”, selecionando 10 pontos experimentais distribuídos em bairros da zona urbana. Os autores vão evidenciar, através dos dados apresentados, “que os bairros com maior grau de ocupação e menor quantidade de áreas com vegetação tendem a ser mais quentes”. Ao mesmo tempo, os bairros mais próximos à encosta da Chapada – “onde os efeitos do meio físico, como a altitude e a vegetação, proporcionaram temperaturas amenas, além de a ocupação ser menos expressiva” – são aqueles onde foram constatadas as menores temperaturas. Os três últimos textos da seção Artigos vão tratar também de temáticas climáticas e ambientais sob uma perspectiva geográfica: Andrey Luis Binda e Roberto Verdum partem do “pressuposto de que tanto as chuvas, como a ausência destas por vários dias consecutivos corroboram com os processos de arenização”, propondo-se a identificar os episódios de estiagem, “concebidos por meio de avaliação temporal de curto prazo”, bem como de secas, quando se foca num período de longo prazo, na Bacia Hidrográfica do Arroio Miracatu, localizada no sudoeste do estado do Rio Grande do Sul. Com base na análise realizada, Binda e Verdum constataram que “na área de estudo é relativamente comum a ocorrência de vários dias consecutivos sem chuva, inclusive resultando em episódios frequentes de estiagens”; e, para os autores, este resultado

“destoa da visão vigente na literatura (...) que vincula o clima subtropical úmido às chuvas abundantes e bem distribuídas ao longo do ano”. No sétimo artigo da seção, o foco recai sobre a ocorrência de fogo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), em Goiás: Renata Mariana Póvoa Matos, Livia Lima Leite Aguiar e Patrick Thomaz de Aquino Martins buscam aferir, para o período entre 2008 e 2019, o regime de queima no Parque Nacional, partindo de imagens dos satélites Landsat e CBERS, para identificar e vetorizar, assim como analisar cicatrizes de incêndios quanto à localização, ao tamanho e à frequência. Com sua pesquisa, os autores vão constatar dois regimes distintos: um “caracterizado por baixa ocorrência de queimada, com presença de feições que se assemelham a aceiros e baixa frequência de incêndios”; e outro “com histórico de queima anual com valores mais próximos à média do período, ausência de cicatrizes lineares e frequência máxima de 10 ocorrências em algumas áreas”. A presença desses dois regimes evidenciou diferentes modos de gestão do fogo, um, que vigorou dentro dos limites antigos do Parque, e outro, “na área complementar à extensão atual do PNCV, (...) muito provavelmente, sob a égide de diferentes proprietários de terra”. No texto seguinte, Jacileda Cerqueira Santos reflete sobre a necessidade de delimitação de zonas de amortecimento em Unidades de Conservação (UC) localizadas em contexto urbano, analisando especificamente duas UC em Salvador-BA, para concluir que, nas cidades, “embasar-se apenas em critérios de cunho ecológico ou em marcos geográficos visíveis torna a justificativa de uma Zona de Amortecimento frágil, sobretudo do ponto de vista político”. Para Santos, é preciso “considerar aspectos relativos ao uso e à ocupação do solo e à legislação urbanística vigente – capazes de tornar a ideia de um espaço-anteparo a diversas ações agressivas à Natureza algo mais factível”.

Na seção Perspectivas, o artigo de Eduardo Marandola Jr. tem como diretriz a questão “por que ler Heidegger?”, justificada por outra pergunta, correlata: “como seu pensamento pode ser fecundo para a Geografia do século XXI, em sua necessidade latente de diversidade e multiplicidade?”. Para Marandola Jr., a adesão de Heidegger ao nacional-socialismo e sua participação na reitoria da Universidade de Freiburg “revelam mais do que uma ação antissemita ou um autoritarismo de base filosófica” e o que ficou conhecido “como ‘o erro de Heidegger’ contribuiu decisivamente

para a viragem (*Kehre*) de seu pensamento”, o que vai demandar circunscrever as contribuições heideggerianas, para “pensar suas limitações e as possibilidades que nos abrem, não apenas em termos daquilo que seu pensamento se direciona, mas também naquilo em que ele falha”. No texto a seguir, André Nunes de Sousa discute as premissas lefebvrianas sobre um novo Romantismo, analisando o empenho de Lefebvre “em teorizar sobre a relação entre os momentos da vida e a totalidade, baseado na dialética do possível ou nas virtualidades no presente”. Com isso, Sousa quer demonstrar que “a fundamentação teórico-analítica lefebvriana, ancorada na interpretação da sociedade moderna, da cidade e do urbano, está também relacionada a uma base filosófica ainda pouco discutida entre os geógrafos brasileiros”.

Boa leitura!

Angelo Serpa  
Editor Responsável